VIOLÊNCIA ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES: O PAPEL DA ESCOLA E DO PROFESSOR

MARCELO MARCONATO DE CARVALHO

RESUMO
Escrever sobre a violência escolar não é apenas um exercício acadêmico; é uma ferramenta de intervenção social. Quando transformamos esse problema em um objeto de estudo estruturado, saímos do campo do "eu acho" e passamos para o campo das evidências. A escola não é uma ilha e analisar o fenômeno pode oferecer caminhos para que professores, pais e alunos entendam que a violência não é uma "fase normal" do crescimento. A violência escolar costuma gerar um efeito dominó: baixa autoestima, evasão escolar, dificuldades de aprendizagem e, em casos extremos, a reprodução da violência na vida adulta. Escrever sobre isso é o primeiro passo para interromper esse fluxo, oferecendo uma análise crítica que busca soluções preventivas em vez de apenas punitivas. Portanto, presente artigo busca analisar o fenômeno da violência no ambiente escolar e discutir o papel fundamental da escola e do professor tanto na identificação quanto na mediação desses conflitos. A violência escolar é compreendida como um fenômeno multifacetado, ou seja, não tem uma causa única nem uma forma única de se manifestar, abrangendo desde agressões físicas e verbais até o bullying e o preconceito estrutural. Ela é como um poliedro com várias faces: tem raízes sociais, psicológicas, econômicas e institucionais. Não se trata de evento isolado, mas um conjunto de fatores que se sobrepõem. Entender a violência como "multifacetada" obriga a escola a não apenas punir, mas a trabalhar a empatia, a ética e o respeito às diferenças de forma contínua. O estudo destaca que o docente não deve ser o único responsável pela segurança, pois a escola integra um microssistema inserido em uma sociedade muito maior. Lembramos que a violência não nasce "dentro" da escola em muitos casos (apesar de, em muitas delas, a infraestrutura apresentar-se deficitária); ela muitas vezes entra nesse ambiente através dos seus estudantes, que carregam uma carga emocional e comportamental para a sala de aula, muitas vezes decorrentes de suas vivências em uma comunidade marcada pelos altos índices de desigualdade, criminalidade ou ausência de serviços básicos. A escola e o professor somente não têm ferramentas para resolver, sozinhos problemas estruturais como a pobreza ou o racismo sistêmico. Porém, sua postura acolhedora, coletiva, pedagógica e afetiva é crucial na tentativa da construção de uma cultura de paz na escola. Conclui-se que a formação continuada e o apoio institucional são indispensáveis para que o professor possa atuar como mediador de conflitos de forma eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Escolar; Papel do Professor; Mediação de Conflitos; Relação Professor-Aluno; Cultura de Paz.

INTRODUÇÃO

A escola, historicamente vista como um local de proteção e disseminação de conhecimento, tem sido palco de crescentes episódios de violência que desafam o sistema educacional. E a violência escolar não se restringe apenas a atos de vandalismo ou agressão física; ela se manifesta de forma SIMBÓLICA, institucional e psicológica, afetando diretamente o processo de ensino-aprendizagem. Quando dizemos que ela é simbólica, institucional e psicológica, estamos falando de camadas invisíveis que, embora não sangrem, paralisam o aprendizado.

O conceito, cunhado pelo sociólogo Pierre Bourdieu, refere-se a uma forma de violência que não usa a força física, mas a imposição de significados, como por exemplo, quando a escola valoriza apenas um tipo de cultura (erudita, eurocêntrica) e ignora ou ridiculariza o saber popular, a linguagem da periferia ou as tradições étnicas dos alunos. Muitos estudantes podem se sentir “não pertencentes” àquele lugar, gerando desinteresse e a consequente evasão escolar, pois não enxerga uma representatividade no conhecimento que a escola lhe oferece, ocasionando importante impacto no aprendizado.

A violência institucional também é fator crucial na escalada da violência no ambiente escolar. Na maioria dos casos,

quando as próprias normas, a organização ou a falta de recursos da escola agridem a dignidade do indivíduo, cria-se um ambiente de hostilidade e desamparo. Onde não há bem-estar físico e emocional, o cérebro permanece em estado de alerta, o que bloqueia as funções cognitivas superiores necessárias para aprender, um mecanismo biológico de sobrevivência que prioriza a segurança imediata em detrimento do processamento intelectual.

Também a violência psicológica, frequentemente a mais perigosa justamente por ser invisível e socialmente aceitável sob o rótulo de "brincadeira" ou "zoeira". Essa é sistemática e visa desestruturar o emocional do outro. Diferente de uma agressão física, que deixa marcas evidentes e gera uma reação imediata de defesa, a violência psicológica atua como um processo de erosão, um desgaste gradual, contínuo e muitas vezes invisível a olho nu no início, até que a estrutura interna não suporta mais o próprio peso e, inevitavelmente, entra em colapso. Crianças e adolescentes estão em processo de construção de suas "fundações". Se essa base é erodida cedo por humilhações de pares ou negligência institucional, a estrutura emocional adulta pode crescer comprometida. Quando a erosão atinge um ponto crítico, o sujeito experimenta o que chamamos de aniquilamento simbólico. A pessoa deixa de se ver como sujeito de direitos e passa a aceitar a violência como parte natural de sua existência. Alunos vítimas desse tipo de violência apresentam queda drástica no rendimento escolar, dificuldade de concentração, absenteísmo e, em casos graves, transtornos de ansiedade e depressão.

Ao tratar a violência apenas como um "problema entre o aluno A e o aluno B", a instituição comete o erro de individualizar um fenômeno que é sistêmico. Quando o foco é apenas o indivíduo, aplicam-se punições isoladas, mas o "terreno" que permitiu aquela violência continua fértil para que ela se repita com outros.

A violência psicológica prospera quando um grupo observa uma humilhação e não reage, enviando uma mensagem implícita de que aquele comportamento é aceitável ou, pior, divertido. Se a coordenação pedagógica ou os docentes percebem "brincadeiras" depreciativas e não intervêm imediatamente, eles transformam o silêncio em consentimento tácito. Frases como "isso é coisa de criança" ou "sempre foi assim" são os maiores combustíveis para a erosão psicológica. Elas deslegitimam a dor da vítima e autorizam o agressor a continuar, pois a instituição sinaliza que não haverá consequências morais ou sociais para seus atos. A violência não é um "defeito" de um aluno, mas um sintoma de um ambiente que parou de dialogar e, mudar a cultura significa tornar o custo social da agressão tão alto que o silêncio deixe de ser uma opção para quem assiste

Para romper esse ciclo, é necessário deslocar o olhar do "conflito entre dois indivíduos" para a cultura do ambiente. A violência psicológica prospera onde o silêncio é interpretado como consentimento.

Nesse cenário, o professor encontra-se na linha de frente. Muitas vezes, ele é a primeira figura de autoridade a detectar sinais de comportamento agressivo ou de vitimização. Entender essas nuances permite que o docente perceba que uma sala de aula "em silêncio" nem sempre é uma sala de aula que está aprendendo. Às vezes, o silêncio é fruto de uma violência simbólica ou psicológica que calou os estudantes. O papel do professor, portanto, é identificar essas barreiras para humanizar o espaço educativo, deslocar o foco do processo de ensino (transmissão de conteúdos) para o processo de aprendizagem (desenvolvimento de pessoas). É entender que, antes de serem alunos e professores, os indivíduos ali presentes são sujeitos carregados de histórias, emoções e contextos sociais. O desafio central reside em compreender como o docente pode intervir sem sobrecarregar sua função pedagógica, transformando a sala de aula em um espaço de diálogo e alteridade.

AS FACES DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

A literatura especializada costuma dividir a violência escolar em três dimensões principais:

Violência NA escola: aqui, a escola é o palco, mas não a diretora do espetáculo. Ela sofre as consequências de tensões externas que não consegue controlar sozinha. Originada fora dos muros escolares (conflitos de gangues ou problemas familiares) que invade o espaço escolar, essa violência gera o sentimento de inse-

gurança. Mesmo que não haja um ataque, o medo de que algo externo aconteça (como um tiroteio no entorno) altera a fsiologia do aprendizado, colocando alunos e mestres em estado de "luta ou fuga". Com isso, o professor muitas vezes se sente um "gestor de crises sociais" em vez de um educador.
Violência DA escola: Quando a própria instituição é autoritária, excludente ou negligente com as necessidades dos alunos. Esta é a forma mais cruel, pois é cometida por quem deveria proteger. É a violência institucional e pedagógica. Currículos que ignoram a realidade do aluno, punições humilhantes, falta de transparência nas regras e os rótulos criados para alguns estudantes por parte da instituição de ensino, acabam, infelizmente, favorecendo o que chamamos de reprodução de desigualdades, gerando sentimentos de inferioridade e exclusão, ocasionando frustração, que muitas vezes é extravasada através de comportamentos agressivos ou de resistência às normas escolares. Ainda, o aluno acaba assumindo o rótulo que lhe foi dado e, se o sistema o trata como um problema, ele passa a agir como tal, atacando a instituição que o rejeita. Essa realidade, para o aluno rotulado como "fracassado" pelo sistema meritocrático, afugenta o vínculo com o saber. A escola deixa de ser um lugar de oportunidades e passa a ser um lugar de humilhação cotidiana, tornando-se um alvo legítimo para a sua raiva. Quando a escola é negligente com o bullying ou com o racismo entre alunos, ela está praticando violência da escola por omissão. A escola muitas vezes silencia sobre questões de raça, gênero e classe, tratando-as como "problemas externos". Quando a escola não combate o racismo estrutural ou a homofobia entre os pares, ela está, na prática, validando a hierarquia de poder que existe lá fora, criado um ambiente onde o "mais forte" (dentro dos padrões sociais dominantes) se sente autorizado a oprimir o "diferente", gerando o bullying e as agressões motivadas por preconceito. E quando a escola é negligente com o bullying ou com o racismo entre alunos, ela está praticando violência da escola por omissão.
Violência À escola: Atos de vandalismo contra o patrimônio ou agressões direcionadas a funcionários e professores. Aqui, a escola é o alvo. É uma agressão direcionada à fgura de autoridade ou ao símbolo do sistema. Alunos ou membros da comunidade veem a escola como um símbolo de opressão ou de um sistema que os rejeitou. Frequentemente, a violência à escola é uma resposta à violência da escola. Se o aluno não se sente parte da instituição, ele não a protege; ele a ataca como forma de protesto ou de afrmação de poder em um espaço onde ele se sente diminuído (pichações, destruição de carteiras, incêndios criminosos e, no nível interpessoal, ameaças e agressões físicas a professores e diretores).
Essa divisão, amplamente difundida por autores como Bernard Charlot e Miriam Abramovay, é essencial para tirar a "culpa" exclusiva de um único ator e entender a escola como um ponto de intersecção social, onde a diversidade da sociedade se encontra obrigatoriamente sob o mesmo teto. Ela não é apenas um prédio de ensino; é um nódulo onde cruzam-se diferentes classes sociais, culturas, traumas, expectativas e políticas públicas. Se tratarmos a escola apenas como um local de "transmissão de dados", ignoramos que o cérebro do aluno só aprende se ele se sentir socialmente seguro nesse ponto de intersecção. O bem-estar físico e emocional é o lubrifcante que permite que essas diferentes engrenagens sociais girem sem colapsar. Para que a escola deixe de proporcionar espaços e momentos para o início de uma atitude que possa desencadear episódios de violência, entre outras ações, ela precisa transitar da igualdade formal (dar o mesmo para todos) para a equidade real (dar mais a quem mais precisa). Isso envolve:

Reconhecer e valorizar a cultura local dos alunos: não se trata apenas de um gesto de "gentileza" pedagógica; é uma estratégia fundamentada na Geografa Humanista (coloca o ser humano e suas experiências subjetivas no centro da análise espacial) e na Neurociência (mais que convívio social, uma forma de otimizar a arquitetura cerebral para o aprendizado, validando o repertório do aluno e atuando diretamente sobre mecanismos biológicos fundamentais). Para o aluno, ver sua realidade dentro do currículo escolar é o que transforma o "espaço físico" em "lugar" (um espaço dotado de signifca-

dos e afetos).

Substituir a pedagogia da punição pela pedagogia da mediação: mudança de uma visão de controle externo para uma visão de desenvolvimento de autorregulação. Enquanto a punição foca no comportamento passado para gerar medo, a mediação foca no desenvolvimento futuro para gerar consciência.
Trabalhar a escuta ativa para identificar as violências que o aluno já sofre antes de chegar à escola: não é apenas "ouvir o que o aluno diz", mas sim decodificar o que ele comunica através de silêncios, comportamentos e corpo, mapeando as violências que atravessam a vida do aluno na intersecção social onde ele vive. Quando o professor identifica essa carga através da escuta, ele compreende que a desatenção do aluno não é "falta de interesse", mas sim exaustão cognitiva. É importante que exista um acolhimento regulador a esse aluno, um momento de calma, uma fala suave ou um espaço de segurança que sinalize ao cérebro da criança: "Aqui você está seguro; agora você pode baixar a guarda".
IMPORTANTE: Escutar ativamente exige que o professor também cuide de sua própria saúde mental. É o que chamamos de "fadiga de compaixão". Para escutar a dor do outro, o docente precisa estar em um ambiente institucional que também o escute.

O PROFESSOR COMO MEDIADOR E REFERÊNCIA
O papel do professor vai além da transmissão de conteúdos, a simples entrega de informações. Na perspectiva da educação humanística, o docente atua como um mediador de relações, assumindo a função de curador, mediador e referência ética. Ter acesso à informação não significa ter conhecimento. O conhecimento exige reflexão, crítica e conexão. O professor pega o "dado bruto" e ajuda o aluno a transformá-lo em saber aplicado, ensinando-o a questionar fontes, analisar contextos e desenvolver o pensamento lógico. Sem isso, a educação seria apenas memorização. A qualidade da relação professor-aluno é um dos principais fatores de proteção contra a violência e funciona como uma âncora emocional e um filtro social. Quando essa conexão é sólida, a escola deixa de ser apenas um prédio onde se transmite conteúdos e passa a ser um sistema de suporte capaz de neutralizar vetores de violência antes que eles se tornem destrutivos. Quando o aluno confia no professor, ele reporta o conflito. Essa relação transforma o professor em um "porto seguro", impedindo que a violência sofra aquela erosão contínua e silenciosa mencionada anteriormente. Para crianças e adolescentes, o professor é a personificação da autoridade institucional. A forma como o docente trata o erro, a dúvida e a divergência em sala de aula serve de gabarito para os alunos. Na oportunidade em mediar uma briga ou um desentendimento, o professor ensina sobre empatia, negociação e respeito às diferenças. O incentivo de um professor diante de um erro pode ser o diferencial entre um aluno que desiste e um aluno que persiste. Essa "educação do afeto" é a base para a saúde mental e o sucesso futuro, é o reconhecimento do outro como sujeito. Esse reconhecimento protege o aluno da desvalia provocada pela violência entre pares. Quando o aluno se sente respeitado e ouvido, a probabilidade desse aluno externalizar frustrações por meio de atos violentos é potencialmente menor.
No entanto, a atuação do professor enfrenta barreiras como:
Falta de preparo: muitos currículos de licenciatura não abordam gestão de conflitos, criando um "ponto cego" na preparação do professor. O impacto disso na rotina escolar é profundo, pois transforma o que deveria ser um problema pedagógico em uma crise de autoridade ou de segurança. Sem ferramentas para entender a raiz de um conflito, o professor tende a interpretar comportamentos desafiadores apenas como "falta de educação" ou "caso de polícia". Em vez de mediação, recorre-se imediatamente à punição (suspensão, expulsão) ou ao encaminhamento médico (laudos para agitação). Isso quebra o vínculo de confiança e rotula o aluno precocemente.
Adoecimento docente: O medo e o estresse gerados pela insegurança levam ao afastamento e ao burnout. O professor entra em sala dominando o conteúdo, mas se sente "atropelado" pela dinâmica social. A incapacidade de manejar uma discussão entre alunos ou um desrespeito à sua autoridade gera frus-

tração. A longo prazo, o próprio professor começa a duvidar de sua capacidade profissional e/ou da importância do seu papel. Isso leva a quadros de depressão e ansiedade. Esse estresse crônico é uma das maiores causas de afastamento por motivos de saúde mental (Burnout) na categoria docente.

Desvalorização social: A perda da autoridade simbólica do professor perante a comunidade. É uma das barreiras mais invisíveis e difíceis de enfrentar, pois não se trata de uma lei ou de uma regra escrita, mas de um contrato social de respeito que foi rompido. A autoridade simbólica é o reconhecimento legítimo de que o professor possui um saber e uma função social valiosos. Quando a comunidade (pais, alunos e sociedade) deixa de enxergar o professor como essa referência, o trabalho docente entra em colapso. Se a comunidade não valoriza o professor e o que é ensinado, o aluno sente que não precisa se esforçar ou respeitar quem ensina. O professor muitas vezes acaba recorrendo à força (gritos, castigos severos, autoritarismo) para tentar manter o controle, gerando revolta e mais violência, fechando um ciclo destrutivo. Em comunidades onde a autoridade docente é baixa, qualquer problema de aprendizagem ou comportamento é depositado exclusivamente nas costas do professor, sem que a família se sinta corresponsável, transferindo responsabilidades. A instituição passa a ser vista apenas como um lugar onde a criança fca para que os pais trabalhem, e não como um espaço de formação humana. Isso reduz o professor a um "cuidador" ou "vigilante". Com isso, os pais e/ou responsáveis tendem a entrar na escola de forma confrontadora. Em vez de uma parceria, estabelece-se uma disputa: "quem manda no meu flho sou eu". Isso gera processos, ameaças e desautorização do professor na frente do aluno. Além disso, o aluno reproduzirá em sala o que ouve em casa e na mídia. Se a sociedade trata o professor como alguém "fracassado" ou "desnecessário", o estudante sente-se no direito de desafar, ignorar ou agredir o docente. A indisciplina torna-se regra, não exceção. O professor, sentindo-se desvalorizado e sem apoio da comunidade, entra em um processo de "desistência silenciosa". Ele passa a fazer apenas o mínimo necessário, pois sente que seu esforço extra não será reconhecido e/ou será combatido.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A CULTURA DE PAZ

A Cultura de Paz na escola não é apenas a "ausência de brigas" ou um estado de silêncio passivo. Segundo a defnição da UNESCO, ela consiste em um conjunto de valores, atitudes e comportamentos que rejeitam a violência e focam na resolução de confitos por meio do diálogo e da negociação.

No ambiente escolar, ela funciona como um antídoto preventivo contra a violência sistêmica. A Cultura de Paz reconhece que o confito é natural e até necessário para o crescimento. O problema não é o confito em si, mas a forma violenta de resolvê-lo. Em vez de apenas punir quem errou (Justiça Retributiva), a escola busca entender o dano e como repará-lo (Justiça Restaurativa), ouvindo todas as partes envolvidas, transformando o confito — que é inevitável — em um momento de crescimento pedagógico.

A Cultura de Paz promove a gestão democrática: criação de grêmios estudantis, assembleias de classe e a fgura dos "alunos mediadores", que são treinados para ajudar seus próprios colegas a resolverem disputas menores, são aliados importantes para a criação e manutenção de um ambiente mais acolhedor. Porém, é difícil pedir paz a quem não sabe lidar com a própria raiva ou frustração. A Cultura de Paz integra o currículo com o aprendizado emocional. É necessário trabalhar a alfabetização emocional, ajudando o aluno a nomear o que sente e a desenvolver empatia (colocar-se no lugar do outro). Projetos que celebram diferentes culturas, religiões, orientações e identidades, transformando a diferença em riqueza pedagógica, e não em motivo de exclusão, tornam-se essenciais na luta contra o preconceito estrutural.

A intervenção docente deve ser preventiva. Isso inclui a implementação de assembleias de classe, o trabalho com competências socioemocionais e a construção coletiva de regras. O professor deve ser capaz de diferenciar o confito (natural da convivência humana e produtivo para o aprendizado) da violência (que visa aniquilar o outro).

CONCLUSÃO

A violência escolar é um reflexo das desigualdades e tensões da sociedade, mas a escola não pode ser apenas um espelho passivo dessa realidade. A escola não é uma bolha isolada do mundo, mas ela também não pode se dar ao luxo de ser apenas um "termômetro" que registra a febre da sociedade sem tentar baixar a temperatura. Para a desconstrução da violência no ambiente escolar são necessárias mais do que medidas disciplinares; demanda uma mudança de paradigma.

A escola precisa deixar de ser um espelho passivo e se tornar um agente de transformação, e isso pode ser possível se a instituição atuar em três frentes principais: fortalecimento da cultura de escuta, oferta de um currículo que transcenda o conteúdo única e exclusivamente e identificação da escola como centro da comunidade. Essa tríade de atuação transforma a escola de um prédio onde a violência apenas "ecoa" em um polo de resiliência e transformação social. Quando a escola deixa de ser um espelho passivo, ela para de apenas reagir aos sintomas (indisciplina, brigas) e passa a tratar as causas.

A escuta na escola precisa deixar de ser um evento esporádico para se tornar uma prática institucional. Isso significa que o "ouvir" é o primeiro passo de qualquer processo pedagógico ou administrativo. A escuta ativa identifica a violência psicológica que não faz barulho, mas que "desestrutura o emocional". A violência muitas vezes nasce do silenciamento. Quando o aluno não sente que tem voz ou que pertence àquela comunidade, o conflito vira a única linguagem disponível. Criar espaços onde alunos, professores e funcionários discutem as regras e os problemas do cotidiano e buscam, coletivamente, a resolução de disputas através do diálogo, antes que elas escalem para a agressão física ou verbal, com certeza, é uma potencial ferramenta que deve ser amplamente implementada nas unidades escolares na busca da transformação do ambiente e instauração da Cultura de Paz.

Um currículo transformador entende que a Educação Socioemocional e a Cidadania não são "temas transversais" secundários, mas a base para o aprendizado das disciplinas tradicionais. O conteúdo deve servir para explicar a realidade do aluno. Estudar o bairro, os problemas de infraestrutura e a história local transforma o conhecimento em ferramenta de poder e mudança. Incluir no currículo técnicas de Comunicação Não Violenta e resolução pacífica de conflitos como parte da formação regular de todos os estudantes também é crucial nesse processo de transformação do ambiente. Humanizar o espaço educativo é entender que a ética e o afeto são tão curriculares quanto a Matemática ou a Geografia. Ao deslocar o olhar do indivíduo para a cultura do ambiente, a escola deixa de apenas "gerenciar conflitos" e passa a educar para a convivência democrática.

Como já foi dito, a escola é o ponto de intersecção social por excelência. Quando ela se fecha em seus muros, ela se torna vulnerável à violência externa. Quando ela se abre, ela se fortalece. Quando a comunidade (pais, vizinhos, lideranças locais) sente que a escola lhe pertence, ela passa a protegê-la. A escola deixa de ser um "posto de serviço" do Estado e vira o "coração" do bairro. E, como centro da comunidade, a escola promove articulações junto a rede de proteção (saúde, assistência social, conselho tutelar), tornando-se o local onde as famílias buscam orientação e acolhimento, não apenas notas. Trazer os responsáveis não apenas para ouvir reclamações, mas para construir a identidade da escola pode mudar de fato a imagem da instituição de ensino junto à sua comunidade que, por consequência, passará a entendê-la como um agente central de acolhimento e transformação da realidade de seu entorno. Também, ao abrir espaço para artistas, artesãos e saberes da comunidade, a escola combate à violência simbólica e promove a topofilia — o amor e o cuidado pelo lugar onde se vive e estuda. O papel da escola não é ignorar o reflexo da sociedade, mas sim usar as ferramentas da educação para polir as arestas e oferecer uma imagem de futuro diferente da que o aluno e comunidade veem nas ruas.

Ao atuar nessas três frentes, a escola deixa de ser apenas um lugar onde se "fala sobre a paz" e passa a ser um lugar onde se vivencia a paz. Isso desativa o "estado de alerta" no cérebro de alunos e professores, permitindo que as funções cognitivas superiores floresçam, gerando um impacto profundo que vai muito além

das notas escolares. No contexto que discutimos até aqui, esse desenvolvimento é o "estágio final" de uma escola que conseguiu controlar a violência e humanizar as relações.

Além de tudo que já foi dissertado, temos ainda a desigualdade social como fator gerador da violência no ambiente escolar. Uma das estratégias de combate às ações de violência entre os alunos consequentes dessa desigualdade é a busca em humanizar o "outro". Isso passa por uma educação emocional estruturada, ensinando seus estudantes a identificar frustrações, raiva e empatia como parte do aprendizado regular e debatendo abertamente as raízes das desigualdades (racismo, machismo, homofobia e aporofobia) possibilitando que entendam de onde vêm os preconceitos que eles reproduzem, identificando tratarem-se de construções sociais e cognitivas. E, ao entendem que o preconceito não é "nato", o combate à violência ganha força entre os estudantes. Ao entender que o preconceito é aprendido (na mídia, na família, na história), o aluno percebe que ele pode ser desaprendido. Isso retira o peso de "isso é o que eu sou" e coloca no campo de "isso é algo que eu reproduzo e posso mudar". Quando a escola discute a origem dos preconceitos, ela obriga o aluno a olhar para o colega como um indivíduo complexo, e não como uma "etiqueta". Isso torna muito mais difícil praticar a violência, pois é doloroso agredir alguém em quem você reconhece humanidade. Ao identificar o gatilho de um preconceito, o aluno ganha um tempo de resposta, ele deixa de ser um reprodutor automático de preconceitos para ser um analista crítico da própria fala. Oportunizar uma alfabetização emocional e crítica entre os discentes é essencial ao combate da violência no ambiente escolar pois, quando o grupo entende as raízes históricas e estruturais do preconceito, o custo social de ser "omisso" aumenta. O silêncio deixa de ser neutro e passa a ser visto como cumplicidade com uma injustiça histórica, o que motiva os colegas a intervir em favor da vítima.

Nesse âmbito, o papel do professor também é estratégico, mas não pode ser solitário. Esperar que o professor resolva a violência escolar apenas com "vocação" ou "autoridade" é um equívoco que gera adoecimento docente e ineficiência institucional. Para que o papel do professor seja de fato estratégico, ele precisa estar inserido em um ecossistema de suporte. A presença de psicólogos e assistentes sociais na escola (e não apenas em centros de referência distantes) permite que o professor foque no ensino, enquanto casos de alta complexidade emocional recebam o encaminhamento técnico adequado. Isso cria uma rede de contenção que evita que o conflito transborde para a sala de aula. A violência se alimenta do improviso e do cansaço. Um professor que corre de uma escola para outra, sem tempo para respirar, perde a capacidade de perceber os sinais sutis de tensão entre os alunos. A redução da carga em sala permite o chamado "horário de trabalho pedagógico coletivo", momento precioso em que o corpo docente alinha estratégias e troca boas práticas entre seus pares, podendo colaborar muito para o enfrentamento da violência no ambiente escolar.

Infelizmente, muitas vezes, a resposta institucional à violência é puramente punitiva (suspensão ou expulsão), o que apenas transfere o problema de lugar. A mediação de conflitos propõe uma mudança de paradigma: deixar de focar apenas em "qual regra foi quebrada e qual a punição", focando-se em "quem foi ferido e como reparar o dano", a chamada justiça restaurativa. Para que o processo seja efetivo, torna-se fundamental a capacitação e treinamento o professor em desescalar conflitos através da comunicação não violenta, evitando o confronto direto de egos que muitas vezes agrava a situação, eliminando sua figura de "policial" para ser aquele que ensina os alunos a resolverem suas próprias divergências.

Conclui-se que é imperativo que as políticas públicas garantam suporte psicológico, redução da carga horária para planejamento e formação específica em mediação de conflitos, entendendo que segurança escolar não se trata de "policiamento nos portões", mas investimento em pessoas. A violência diminui quando o aluno sente que a escola é um lugar de pertencimento, e não de controle. Somente através de uma gestão democrática, onde o professor é valorizado e o aluno é visto como sujeito de direitos, será possível transitar de uma escola do medo para uma escola do diálogo, dei-

xando de ser um espaço de transmissão vertical de informações para se tornar um ecossistema de convivência e construção coletiva. Afnal, ninguém aprende em um ambiente onde não pode falar. O diálogo é o que garante que a escola seja um "lugar" (com signifcado e afeto) e não apenas um "espaço" (físico e frio).
Assim, a Educação, embora não seja a solução única para a violência, permanece sendo o instrumento mais poderoso para a construção de uma sociedade mais tolerante, o lugar onde se cultiva a infraestrutura ética e cognitiva de uma nação. Tratar a mente humana e o convívio social como uma "obra" que exige fundações sólidas para não colapsar diante das crises, pois o indivíduo precisa de bases internas para processar informações e se relacionar sem recorrer à violência, também faz parte das inúmeras ações de combate à violência no ambiente escolar.
A Segurança Pública ou a Economia somente tratam dos sintomas imediatos da violência. No caso da Segurança Pública, sua atuação acontece no pós-fato e interrompe a violência já manifesta, mas não altera a mentalidade de quem a pratica. Já no âmbito da Economia, pode melhorar as condições de vida e, consequentemente, favorecer a redução de crimes patrimoniais motivados pela necessidade. No entanto, a violência doméstica, o bullying, o racismo e o feminicídio ocorrem em todas as classes sociais, provando que o dinheiro não resolve a falha na infraestrutura ética.
Em contrapartida, a Educação atua na raiz do problema: a subjetividade (a forma como cada pessoa sente, pensa e interpreta o mundo) e o convívio social, como único instrumento capaz de reformular o "contrato social" dentro da mente de cada cidadão. Ela não apenas impede o ato violento por medo da lei, mas o torna desnecessário por causa da maturidade emocional e do respeito ao próximo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. Cotidiano das escolas: entre violências. Brasília: UNESCO, 2005.
AQUINO, Julio Groppa. Violência escolar: em busca de causas e alternativas. São Paulo: Cortez, 2011.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. Sociologias, Porto Alegre, 2002.

CHAUÍ, Marilena. Ética e violência. Teoria e Debate, n. 39, 1998.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.